

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

- 1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA** -----
2 -----**REUNIÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 2014** -----
3 -----**ATA NÚMERO TRÊS / DOIS MIL E CATORZE** -----
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:** -----
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----
7 - **Segundo Secretário** – Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha. -----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----
9 - João Carlos Barreiras Duarte; -----
10 - Luis Francisco Campos Silva; -----
11 - Ricardo Manuel Silva Fernandes; -----
12 - Dina Maria Ribeiro Maurício; -----
13 - José Victor Ribeiro Silva; -----
14 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva; -----
15 - José Pires; -----
16 - Maria Helena Rebelo Santos; -----
17 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----
18 - António Fernando Lopes; -----
19 - Rute Isabel Brazão Correia; -----
20 - Luis Manuel Biscaia Almeida; -----
21 - Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha; -----
22 - Carlos Fernando Faria Duarte; -----
23 - Bruno Emílio Rocha Correia; -----
24 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----
25 - Maria de Fátima Figueiredo Viola Santos; -----
26 - José Henrique Silva Santos; -----
27 - Maria Fernanda Quadros Figueiredo Dantas; -----
28 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques; -----
29 - Maria da Graça Romão Jesus Rua; -----
30 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo António Feliciano
31 Júnior; -----
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; --
33 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Joana Isabel Henriques Caetano; ----
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: --
36 - O senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira; -----
37 - O senhor vice-presidente Nuno Manuel Mota Silva; -----
38 - A senhora vereadora Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos; -----
39 - O senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; -----
40 - O senhor vereador António Joaquim Correia Fialho Marcelino; -----
41 - A senhora vereadora Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira; -----
42 - A senhora vereadora Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra; -----
43 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

44 - Chefe da divisão do potencial humano e assuntos jurídicos Paulo António Pardal
45 Dias Jorge;-----

46 - Chefe da divisão de obras e planeamento, águas e ambiente Maria Antónia Palma
47 Vargas;-----

48 - Chefe da divisão financeira e Administrativa Regina Paula Jesus Aires; -----

49 -----Pelas 21:25 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou
50 a sessão aberta.-----

51 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

52 -----ATA 02/2014: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria
53 com vinte e um votos a favor e três abstenções aprovar a ata n.º 02/2014, da reunião de
54 27 de fevereiro de 2014.-----

55 -----EXPEDIENTE: O senhor Presidente da Mesa da Assembleia leu o
56 expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão
57 ordinária.-----

58 -----VOTO DE PESAR: Foi presente o seguinte voto de pesar subscrito por 22
59 elementos da Assembleia Municipal: “A Assembleia Municipal de Bombarral
60 apresenta um sentido voto de pesar pelo falecimento de Anabela Sá membro da
61 Assembleia Municipal do mandato transacto, falecida no passado dia 01 de Abril do
62 presente ano de 2014. Anabela era casada com o nosso amigo e colega de
63 bancada Mário Nunes e era mãe da Matilde, do José Paulo e do Frederico. Pessoa
64 extremamente empreendedora, a Anabela introduziu enorme inovação através das
65 novas tecnologias que utilizava quotidianamente na sua actividade profissional, que
66 exercia com imensa criatividade. A intervenção cívica e política teve o seu expoente
67 máximo nesta Assembleia, onde interveio de forma lúcida e com grande elevação,
68 mas também colaborando de forma intensiva com colectividades e outras
69 associações de índole social, musical e cultural. Associado a este voto de pesar,
70 queremos prestar uma singela homenagem a esta mulher que prematuramente
71 deixou os seus e a nós todos em geral, guardando um minuto de silêncio em sua
72 memória. As nossas sentidas condolências à família.”-----

73 -----VOTO DE PESAR: Foi presente o seguinte voto de pesar subscrito pelos
74 três elementos da Mesa da Assembleia: “Foi com muito pesar que a Mesa da
75 Assembleia Municipal do Bombarral tomou conhecimento do trágico falecimento no
76 passado dia 01 de Abril de Anabela Martins Sá, membro desta Assembleia
77 Municipal no mandato 2009 / 2013; Pessoa dinâmica e empenhada não só na sua
78 vida profissional mas também no âmbito do movimento associativo local, deve-lhe
79 este órgão o reconhecimento pela forma como procurou inovar e desenvolver a sua
80 acção, deixando relevante marca no nosso tecido empresarial e cultural; A sua
81 postura e forma de estar granjeou-lhe o reconhecimento, a admiração e a amizade
82 de inúmeras pessoas, bombarralenses e não só, pelo muito que fez e pelo muito
83 que ainda tinha ao concelho do Bombarral; Assim, proponho que a Assembleia
84 Municipal do Bombarral em sua sessão do dia 10.04.2014 guarde um minuto de
85 silêncio em sua memória e aprove um voto de pesar pelo seu falecimento.”-----

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

86 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar os dois votos de
87 pesar supra transcritos.-----
88 -----Seguidamente foi guardado um minuto de silêncio em memória da D.
89 Anabela Martins Sá.-----
90 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que Como seguramente é do
91 conhecimento geral, foi publicado no dia 27 de março o DL 49/2014, diploma que
92 extingue o nosso tribunal, ora sendo esta sessão a primeira após a referida data,
93 não poderemos deixar de fazer o levantamento do ponto da situação e solicitar que
94 o executivo PSD/CDS, através do presidente, informe esta Assembleia Municipal. O
95 PSD/CDS através do referido DL extingue o tribunal do Bombarral, aliás no distrito
96 de Leiria é o único tribunal que será extinto, com efeitos a 1 setembro do corrente
97 ano, desculpar-me-ão a ironia, parece que se trata de uma prenda no nosso
98 centenário, aproveito para sugerir ao Sr. presidente de câmara para não se
99 esquecer de incluir esta ofensa aos bombarralenses no programa do centenário
100 concelhio. Impõe-se ainda referir que este encerramento do tribunal efetuado pelo
101 governo PSD/CDS não tem sido, no meu entendimento, contrariado pelo PSD/CDS
102 local e em particular pelo presidente de câmara, senão vejamos, - Foi deliberado
103 pelo executivo, em 19-02-2014, que o presidente instaurasse providência cautelar,
104 tendo esta AM em 27-02-2014, reforçado a referida deliberação, através de
105 recomendação, contudo até à data, não foi instaurada a mencionada providência
106 cautelar. - Esta AM em 27-02-2014, recomendou, com carácter urgente, que o
107 presidente de câmara solicita-se à Comissão da Assembleia da República de
108 Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, uma audição
109 parlamentar, no entanto, até à data não foi requerida a referida audição. Ou seja, o
110 presidente de câmara não instaurou a providência cautelar nem solicitou a audição,
111 sendo que esta omissão no plano jurídico não se reconduz à mera inação, mas sim
112 à abstenção juridicamente relevante de determinada ação esperada e devida.
113 Ontem surge um alegado pedido de parecer à Procuradoria Geral da República, o
114 qual diga-se desde já, assinado pelo vice-presidente de câmara, não pelo presidente
115 nem por mandatário forense, todavia manifesto aqui e agora a perplexidade por esta
116 iniciativa, totalmente descabida, permitam, apesar da gravidade do assunto para os
117 bombarralenses, comparar esta iniciativa ao jogador que se encontra a perder por
118 falta de capacidade ou de esforço e nos minutos finais pede paragem do jogo para
119 que lhe expliquem as regras do dito jogo; mas atenção pede esclarecimentos das
120 regras do jogo a quem não tem o dever de explicar tais regras. Sr. presidente de
121 Câmara, não pode ignorar, sob pena de se tratar de ingenuidade que a Procuradoria
122 Geral da República não tem o dever de esclarecer quais os processos que são ou
123 não contabilizados para o critério de encerrar os tribunais com menos de 250
124 processos por ano. Recordo o Sr. Presidente que participou, à cerca de um ano,
125 juntamente com o secretário judicial em reunião no MJ na qual foi informado como
126 seria efetuada a contabilização dos processos, tanto assim, que nos dias
127 subsequentes foi feito um esforço pelos Serviços do Tribunal para a conclusão de
128 inquéritos a fim de serem contabilizados tais processos. Tanto quanto se sabe, não

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

129 diligenciou junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) no
130 sentido da manutenção do tribunal. O fecho do tribunal é o caminho para acabar
131 com o concelho de Bombarral. Que incentivos um empresário tem para investir no
132 Bombarral se os serviços estão a ser extintos? Os Bombarralenses, por vontade do
133 PSD/CDS passam a ter dificuldade do acesso à justiça, deixam de ser servidos pelo
134 Estado e passam a servir o Estado, passam a depender de Caldas da Rainha, de
135 Alcobaça, de Leiria e de Coimbra. Recentemente nesta AM foram eleitos
136 representantes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ora se o
137 tribunal fechar dever-se-á questionar se é ou não de manter estes representantes.
138 Convém dizer como afirmou recentemente o ex-PGR Pinto Monteiro, fechar os
139 tribunais porque o governo PSD/CDS quer e não por imposição da troika. Lourinhã e
140 Peniche ficam com tribunais judiciais e Cadaval fica com o Tribunal do trabalho de
141 Torres Vedras. Julgo saber que o diploma com o novo Mapa Judiciário vai ser ainda
142 submetido a apreciação parlamentar, num debate previsto para 02 de maio, há que
143 pedir aos deputados do PSD/CDS para alterar o diploma. -----

144 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) renovou os pedidos de esclarecimentos
145 colocados na sessão da Assembleia Municipal de 30 de Dezembro sobre os
146 estaleiros municipais, mercado municipal, cheias na estrada nacional 8, limitadores
147 na Praça do Município, bairro dos Bacelos, Rua Forno da Telha, terreno para o canil
148 da associação Amigo Fiel, Rua do Comércio, central betuminosa e o projecto da AV.
149 Prof. Daniel Pires. Deu ironicamente os parabéns pela solução para o problema da
150 Rua Luis de Camões. -----

151 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) referiu que na Rua Luis de Camões
152 uma senhora vereadora mandou oficial os proprietários dos terrenos que há anos
153 eram disponibilizados para estacionamento. Foi uma ideia brilhante mandar demolir
154 as paredes lá existentes. Os proprietários demoliram-nas e encerraram os
155 estacionamentos. Foi uma manobra brilhante numa zona fulcral da vila e mais um
156 incremento para o comércio local funcionar. Foi uma inabilidade que lhe custa
157 acreditar.- -----

158 -----O senhor José Pires confirmou o que foi dito pelo senhor Ricardo
159 Fernandes. Disse ter falado com um dos proprietários do terreno que lhe confirmou
160 o que foi dito pelo senhor Ricardo Fernandes.-----

161 -----A senhora D. Helena Santos (PS) disse que face ao programa das
162 comemorações do centenário que alguns conhecem, podem verificar que o mesmo
163 é extremamente pobre. Os bombarralenses que tanto lutaram para a criação do
164 concelho devem contorcer-se pelo estado do concelho e pela forma humilhante
165 como as comemorações têm decorrido. Não querem desprestigiar o trabalho das
166 colectividades porque o programa é só um compêndio dos programas de
167 actividades de algumas colectividades, porque outras nem foram consultadas como
168 é o caso da colectividade mais antiga do concelho. Lamentou que o programa seja
169 tão fraco, considerando que o Bombarral merecia melhor. Sublinhou que não há um
170 único evento da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

171 -----O senhor Presidente da Câmara disse que ninguém lamenta mais do que
172 ele a eventual perda do nosso tribunal, e diz eventual porque ainda está em curso
173 todo o trabalho e esforço que temos vindo a desenvolver, para que haja reversão da
174 tomada de uma medida que todos repudiam excepto os seus promotores. Para pôr
175 no programa do centenário esta situação que está a acontecer connosco, e que é
176 um problema transversal a todo o país, já que uns perdem os tribunais e a maioria
177 perde as suas valências o que significa o mesmo ou pior, deveria pôr igualmente
178 nesse programa, todo o mal que o partido que o senhor Fernando Lopes representa,
179 fez ao país e ao nosso concelho. Convém não esquecer que esta medida foi
180 assumida na altura do vosso governo. Por outro lado, os senhores ainda estão na
181 fase de insistir nos motivos que levaram ao fecho do tribunal e nas consequências
182 que isto nos traz, mas essa reflexão meramente politico partidária em nada ajuda
183 este processo como em nada ajudou a vossa atitude ao longo de todo o processo.
184 Respondendo ao senhor Samuel Carvalho, sobre o mercado municipal disse que
185 está a ser feito um projecto internamente para candidatura a fundos europeus.
186 Relativamente à Rua Forno da Telha disse aguardar oportunidade de intervenção
187 com massas asfálticas que está a ser preparada. No que toca à associação Amigo
188 Fiel informou que estão a tratar deste caso com a consideração e respeito que nos
189 merece a Associação Amigo Fiel. Sabem que o trabalho é desempenhado em muito
190 más condições e por isso espera dentro em breve ter encontrado a solução para
191 continuar este trabalho de parceria com melhoria de meios. Quanto à questão da
192 Rua Luis de Camões disse que em primeiro lugar convém referir que estamos a
193 falar de uma propriedade privada e como tal, compete aos seus proprietários fazer o
194 que querem dela. Nunca foi feito nenhum contrato escrito sobre a cedência do
195 espaço para utilização pública na forma de estacionamento. O que aconteceu foi
196 que os proprietários foram permitindo essa utilização. Ora, como a situação do
197 imóvel em ruínas que está naquela propriedade perigava com a segurança de
198 pessoas e bens a senhora vereadora Rosa Guerra que detém o pelouro destas
199 matérias, solicitou aos proprietários as adequadas obras. Não sabemos se tem
200 relação ou não com este episódio mas a verdade é que a acção de prevenção do
201 património teria de ser feita. Neste momento está a tentar encontrar solução para
202 este caso e estou em crer que embora as soluções tenham preço, conseguiremos
203 chegar a um entendimento. Quanto às cheias nos Bacelos lembrou que nunca tanto
204 foi feito para minimizar o problema das cheias no bairro dos Bacelos e uma coisa é
205 certa o problema hoje já não é tão acentuado como no passado. Continuamos
206 empenhados em resolver completamente este caso e estou em crer que
207 conseguiremos, embora saibamos da dificuldade, não só pelas cotas como pela
208 proximidade do Rio Real. Sobre a Av. prof. Daniel Pires informou que o projecto está
209 concluído e as verbas devidamente orçamentadas pelo que se prevê que entremos
210 em obra brevemente. Quanto à intervenção da senhora D. Helena Santos perguntou
211 se, sendo colaboradora da Câmara, ao serviço no posto de turismo, tem feito
212 alguma coisa para dar dignidade e destaque ao Centenário do Concelho? E como
213 cidadã que ajuda tem dado para além de espalhar que o município só faz alguma

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

214 coisa com o trabalho e o esforço das colectividades? Na verdade, os protocolos
215 entre as entidades devem funcionar nos dois sentidos. O município sempre esteve
216 ao lado das associações do concelho. Se estamos agora com maiores dificuldades
217 em apoiar financeiramente não é motivo para nos virarem as costas e os dirigentes
218 estão a dar exemplo de compreensão e boa colaboração. Com a ajuda de todos
219 conseguiremos ultrapassar todos os constrangimentos. -----
220 -----O senhor José Victor Silva (PS) recordou ao senhor Presidente da
221 Câmara que é presidente de todos os bombarralenses, sejam eles socialistas,
222 sociais-democratas ou de outros partidos. Foi graças ao governo de António
223 Guterres que o tribunal do Bombarral nasceu e é graças ao governo de Passos
224 Coelho que a comarca do Bombarral é extinta. Perguntou onde está o documento
225 de entrada da providência cautelar e quando vai ser a audição parlamentar. -----
226 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU), relativamente á Rua Luis de Camões,
227 disse que o que lhe foi transmitido pelos proprietários é que não chegaram a
228 entendimento pela forma como o executivo os abordou. Quanto á central de massas
229 asfálticas lembrou que com massas a frio não é possível asfaltar mas sim tapar
230 buracos.-- -----
231 -----O senhor José Pires considerou que neste tipo de discussão é necessário
232 manter a ética política acima de todas as possibilidades de critica. O senhor
233 Presidente da Câmara nunca devia ter questionado uma funcionária da Câmara
234 Municipal sobre o que fez. Tem métodos de avaliação dos funcionários pelo que não
235 devia trazer estas questões para a Assembleia Municipal. É a primeira vez que vê
236 um presidente da Câmara questionar funcionários em público. A ética política tem
237 de ser mantida. -----
238 -----O senhor Luis Campos (PSD), relativamente a um decreto-lei saído no
239 passado dia 08 de Abril e que tem a ver coma reabilitação urbana indo simplificar os
240 procedimentos no licenciamento de imóveis entrando em contradição com o nosso
241 RMOU, sugeriu ao senhor Presidente da Câmara e ao executivo a alteração do
242 regulamento. Sugeriu também que fosse criado um grupo de trabalho para fazer o
243 acompanhamento dessa revisão. Quanto à Rua Luis de Camões, disse que quando
244 foi feita a primeira demolição era mais do que óbvio que isto ia acontecer. Quem fez
245 da primeira vez é que fez mal não cumprindo regras básicas de segurança em obra.
246 Havendo birrinha dos proprietários pela forma como foram abordados pergunta se
247 as vedações têm projecto e se cumprem os alinhamentos e alturas. Quanto ao
248 projecto do mercado municipal perguntou se vai ser feito por técnicos da Câmara ou
249 por gabinetes externos. -----
250 -----O senhor Bruno Correia (PS) lembrou que os conselhos municipais de
251 juventude têm como objectivo assegurar a participação dos jovens através das suas
252 acções e do seu incremento. Viu no programa do CDS o desejo de criar este
253 conselho. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores vereadores
254 do PSD e CDS se já pensaram em instalar o Conselho Municipal de Juventude.-----
255 -----O senhor Presidente da Câmara, relativamente ao estaleiro municipal
256 disse que está a ser feito um levantamento por parte dos serviços de forma a

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

257 preparar-se a solução para a melhoria dos estaleiros. Quanto á intervenção do
258 senhor José Pires referiu que só interveio da maneira que o fez, porque entende que
259 a participação cívica dos colaboradores deve ser de facto livre, mas quando estes
260 estão ligados a determinadas entidade públicas devem respeitar as questões de
261 ética profissional seja qual for o lugar que ocupa. Agradeceu a intervenção do
262 senhor Luis Campos sobre a nova legislação. Disse que os trabalhos na Rua Luis
263 de Camões têm sido acompanhados pelos técnicos municipais e cumprem a lei. O
264 projecto do mercado municipal será elaborado pelos técnicos da autarquia. Felicitou
265 o senhor Bruno Correia dizendo ser uma situação que está a ser equacionada e que
266 merece a nossa melhor atenção, pois a juventude pode e deve fazer parte da
267 construção do nosso concelho. Mais informou que foi emitida uma procuração ao
268 mandatário municipal por causa da providência cautelar. -----
269 -----O senhor Fernando Lopes (PS) requereu ao abrigo do artigo 14.º do
270 regimento que a ordenação dos pontos da ordem do dia seja alterada, passando o
271 ponto 1 a ser a apreciação da informação escrita sobre a situação financeira da
272 autarquia e sobre a actividade municipal e passando a ser os pontos 2 e 3 a
273 apreciação dos documentos de prestação de contas do Municipio do Bombarral
274 relativos ao ano de 2013 e a proposta de aplicação de resultados, pois também têm
275 de ser discutidos em Abril ao contrário dos outros. -----
276 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que foi uma
277 solicitação apresentada pela Câmara Municipal porque tinha urgência em que os
278 pontos fossem tratados desta forma.-----
279 -----Foi deliberado por maioria com 13 votos contra (11 do PSD e 2 do CDS),
280 1 abstenção (1 do PSD) e 11 votos a favor (7 do PS, 3 da CDU e 1 do eleito
281 independente) rejeitar o requerimento apresentado. -----
282 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE**
283 **ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:** Foi
284 presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “Considerando a proposta de
285 alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais e respetivo regulamento e
286 organograma, que foi aprovada pelo Executivo Municipal na sua reunião de
287 31.03.2014. Considerando que a referida proposta de alteração pressupõe a
288 consequente adaptação do Mapa de Pessoal dos serviços camarários.
289 Considerando que a aprovação do Mapa de Pessoal é da competência da
290 Assembleia Municipal, conforme resulta do preceituado na alínea a) do nº 2 do
291 artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e na alínea o) do nº 1 do
292 artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. O Executivo Camarário, no âmbito
293 da competência que lhe está cometida pela alínea ccc) do nº1 do artigo 33º da Lei
294 nº 75/2013, de 12 de setembro, por deliberação de 31.03.2014, submete à
295 aprovação da Assembleia Municipal a alteração do Mapa de Pessoal dos serviços
296 municipais, nos termos constantes dos documentos anexos à presente proposta.” --
297 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o que está em causa na
298 apresentação deste mapa pessoal é a sua adequação à estrutura orgânica, como tal
299 submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, tendo em conta que se espelha

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

300 aqui a afectação de trabalhadores aos postos de trabalho decorrentes da estrutura.
301 Não há aumento de postos de trabalho nem aumento de despesa. -----
302 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse o orçamento e GOP para 2014 foi
303 dotado de verbas orçamentais, por classificação orgânica, económica e funcional
304 (projectos das GOP), tendo em consideração a estrutura de mapa de pessoal
305 existente à data de aprovação dos documentos previsionais para 2013, em 10 de
306 Janeiro de 2014. Ora, para adequar o orçamento e GOP de 2014 à nova estrutura
307 constante no mapa de pessoal submetido para aprovação e do órgão deliberativo, é
308 exigível dar corpo legal (orçamentação) à sua nova estrutura, pois, face ao presente
309 mapa de pessoal em aprovação, é necessário: a. Incluir novos projectos ou anular
310 projectos existentes (classificação funcional) nas grandes opções do plano dotando-
311 as de verba orçamental (revisão orçamental); b. reforços / anulações de verbas
312 orçamentais em rubricas específicas (classificação orçamental) e classificação
313 económica (alteração orçamental); c. existência de disponibilidades de tesouraria
314 para pagamento da despesa(fundos disponíveis). E isto porque terá de se proceder
315 à cativação das despesas com o pessoal em rubricas adequadas e cuja dotação se
316 encontra disponível para o seu processamento mensal possa ocorrer, senão
317 entendamos: “o proceder à cativação da verba orçamental significa que a despesa,
318 efectivar-se, cabe na dotação orçamental que se encontra disponível. Trata-se de
319 uma disposição cautelar que tem por objectivo informar o autorizador da despesa.
320 Se porventura a despesa a cabimentar exceder a dotação inscrita na respectiva
321 rubrica orçamental, ou se desiste da referida despesa, ou recorre-se ao dispositivo
322 legal de alteração ou revisão orçamental. Não é permitido, em circunstância alguma,
323 exceder as dotações orçamentais da despesa. Tal actuação acarretará a ilegalidade
324 da mesma, e provocará sanções a aplicar pelo Tribunal de Contas. Assim, os
325 créditos orçamentais constituem o limite máximo a utilizar na realização / execução
326 da despesa.” “verificada a legalidade e o cabimento da despesa, é obtida
327 autorização do órgão competente, procedendo de seguida os respectivos serviços
328 às diligências necessárias para a sua execução.” “os momentos de execução de
329 cada uma destas fases não só, é importante em termos de legalidade da própria
330 despesa, como em termos de saúde financeira da autarquia. Efectivamente, antes
331 de assumir uma despesa é preciso saber se há dotação disponível para a suportar.
332 A fase do cabimento deverá preceder qualquer acto de vinculação externa da
333 autarquia, e quem tem competência para autorizar a despesa deverá fundamentar a
334 sua decisão, não só numa informação dos serviços que justifique a pertinência dos
335 encargos em causa para a persecução das atribuições da autarquia, como no prévio
336 conhecimento e registo da existência de suficiente dotação orçamental (princípio do
337 equilíbrio), na rubrica económica / orgânica e funcional adequada (princípio da
338 especificação).” Conclui-se que sem a existência de modificação orçamental que
339 suporte orçamentalmente este novo mapa de pessoal, de modo a inscrever novos
340 projectos, reforçar dotações em rubricas e / ou anular dotações doutras, a fim de
341 poder ser executada a despesa agora prevista e em conformidade com os princípios
342 do equilíbrio e especificação, não poderá ser aprovada a nova estrutura dos

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

343 serviços. Para além da ilegalidade que se demonstrou, queremos saber quanto
344 custa mensalmente a aprovação desta nova medida proposta pelo PSD / CDS. Em
345 termos de educação primordial, foram despedidas inúmeras pessoas com
346 expectativas de concurso, mas para estas não há vontade política de os reintegrar.
347 Para estas pessoas não se vislumbra , com esta proposta, luz ao fundo do túnel em
348 2014 o que é desumano para quem se assume social democrata e democrata
349 cristão.” -- -----

350 -----O senhor José Henrique Silva (CDU) solicitou informação sobre o porquê
351 desta alteração e quais os objectivos da mudança, assim como sobre quem foi
352 ouvido para estas mudanças. Questionou que modelo organizacional se vai colocar
353 para se poder fazer uma melhor leitura da proposta. -----

354 -----A senhora D. Helena Santos (PS) perguntou porque motivo não foram
355 apresentadas a estrutura orgânica e o organigrama. Aproveitando o ensejo e o facto
356 de nos estar a ser apresentado mais uma versão do mapa de pessoal, começo por
357 perguntar porque não nos está a ser apresentado também a estrutura orgânica e o
358 organigrama? Esses documentos não podem estar desassociados. Mas repito, e
359 porque é dos trabalhadores do município que este ponto trata que; Os eleitos do
360 Partido socialista regozijam-se por finalmente terem sido assinados os ACEEP's que
361 permitem que os trabalhadores deste Município voltem, com toda a justiça, a fazer
362 as 35 horas semanais. Sempre defendemos esta tomada de posição! Os eleitos do
363 Partido Socialista nunca estiveram “convencidos” que, com o aumento de 35 para
364 40 horas, “houvesse um aumento de produtividade e melhoria do serviço”. Todos
365 sabemos que não há indicadores de gestão que fundamentem o reflexo no
366 atendimento e produtividade; antes pelo contrário, serviu sim para que este
367 executivo cria-se mais desmotivação nos trabalhadores e aumentasse os custos da
368 despesa corrente. Quando os vereadores do Partido Socialista apresentaram na
369 reunião de câmara de 19 de fevereiro uma proposta para a aplicação do regime das
370 7 horas de trabalho e 35 horas semanais, tinham toda a razão. A maioria reprovou
371 tal proposta alegando não ser oportuna a tomada de tal decisão. Mas nem por isso
372 os trabalhadores deste Município deixaram de perceber quem está de facto, em
373 primeiro lugar, a defender os seus interesses e os interesses dos bombarralenses.
374 Esta decisão vai ao encontro dos interesses dos trabalhadores que são a mais valia
375 deste Município e são o rosto desta câmara junto da população. Reforço dizendo,
376 **AFINAL OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA TINHAM TODA A RAZÃO!!** Que a harmonia se
377 faça notar nesta casa e que todos os trabalhadores encontrem a serenidade para
378 continuarem o seu trabalho. tem sido meu apanágio trabalhar e defender os
379 interesses deste concelho quer como cidadã, munícipe, eleitora (que já fui) e como
380 eleita politicamente. Gostaria de lembrar o Senhor Presidente do Município que aqui
381 neste Salão Nobre estou enquanto eleita democraticamente! E a democracia assim
382 o permite, quer o senhor queira ou não! Se o senhor quer falar com a funcionária do
383 Município Helena Santos há outros espaços e outros horários. E ela lhe dirá que
384 enquanto funcionária, sempre lhe disse e diz, que está aqui, ao serviço do

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

385 município, para trabalhar. Se mais não faz é porque quem gere a câmara não quer.
386 Mas sempre vestiu a “camisola”; do Concelho!-----
387 -----O senhor José Pires disse estar um pouco baralhado com este ponto da
388 ordem do dia. Antes de se fazer uma alteração faz-se um estudo, definem-se
389 objectivos e depois é que se fazem alterações. Aqui inverteu-se a situação. O PSD e
390 o CDS têm a maioria e aprovam o que quiserem, mas isso não é a melhor solução.
391 É um erro da maioria não ouvir a outra parte. Estas reuniões são uma perda de
392 tempo muito grande. Não entende como se está a modificar uma estrutura sem
393 primeiro se discutir o que correu mal.-----
394 -----O senhor Presidente da Câmara disse que os fundos disponíveis não
395 estão em causa porque não se trata de autorização de despesa mas antes de uma
396 mera reafecção de pessoal já em funções na câmara. A câmara aprovou a
397 Estrutura Orgânica que aborda apenas três vetores, sendo que o primeiro visa juntar
398 na Divisão DPHAJ todas as matéria relativas à administração geral que
399 anteriormente estavam juntas com a área financeira. O segundo pretende privilegiar
400 o desenvolvimento do concelho em termos de planeamento estratégico afectando
401 técnicos com elevada competência e provas dadas ao serviço da Camara Municipal
402 para investigação, acompanhamento e desenvolvimento de projectos numa
403 perspectiva macro económica. Em consequência destes dois vetores surge o
404 terceiro em que face à redução de áreas afectas à área financeira específica e ainda
405 que continuando a dar-lhe relevo na estrutura orgânica, justifica que a mesma passe
406 a ter uma chefia de nível intermédio mais ligado à área técnica da contabilidade e de
407 terceiro grau. Sendo uma competência da mesma, respeita os limites previamente
408 aprovados pela assembleia municipal. Por outro lado, não é a estrutura orgânica
409 que está aqui em causa antes a mera adequação do mapa de pessoal a essa
410 estrutura já aprovada. Esta adequação não apresenta qualquer aumento dos postos
411 de trabalho e consequentemente não está em causa aumento de despesa. Por
412 último, quero reafirmar que ao contrário do que foi dito não se trata aqui de lugares
413 de nomeação política como pretendem fazer passar. Quanto à intervenção da D.
414 Helena Santos disse que ao promovermos a passagem das 40 para as 35 horas
415 demos um bom exemplo de que estamos com todos os trabalhadores, pois
416 estivemos com esta medida desde a primeira hora, tendo sido dos primeiros a
417 adoptá-la. Não deixámos foi de tratar deste assunto com a seriedade e os
418 procedimentos que o mesmo implicou. Como sabem, os sindicatos (STAL e
419 SINTAP) solicitaram um acordo para que se aplicasse aos trabalhadores
420 sindicalizados as 35 horas. Nós entendemos que o pedido era pertinente mas
421 deveria adaptar-se a todos os trabalhadores, independentemente se sindicalizados
422 ou não. Entretanto, foi entendimento dos 12 presidentes da Oestecim que se fizesse
423 um acordo genérico para todos os municípios. Nós respeitámos essa decisão e
424 aguardámos o desenvolvimento dos procedimentos feitos pela Oestecim, mas
425 nunca deixámos de tratar de efetivar a nossa intenção de passar para as 35 horas,
426 adaptando as condições gerais às do nosso município. Feitos os necessários

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

427 ajustes à passagem para as 35 horas acordámos com os sindicatos o modelo que
428 vai ser implementado no dia 1 de Maio. -----

429 -----O senhor José Henrique Silva (CDU) considerou que aquilo que o senhor
430 Presidente da Câmara disse é muito bonito mas o que conclui é que esta
431 governação é moldada pelas marés não havendo planos objectivos. O senhor
432 Presidente da Câmara não disse que avaliação foi feita. -----

433 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que aquilo que conseguiu reter
434 das palavras do senhor Presidente da Câmara é que de facto o que transparece é
435 que num momento em quem uma organização como a Câmara Municipal tem que
436 ter uma divisão financeira de altíssimo gabarito com profissionais que lá estão, se
437 reduza esta divisão a uma mera unidade orgânica. -----

438 -----O senhor Presidente da Câmara disse ter sido bastante explícito na
439 explicação deste mapa de pessoal. A avaliação resulta da experiência que temos
440 vivido em termos funcionais ao longo destes últimos anos. Não há extinção da
441 divisão financeira, o que há é uma adequação dos recursos humanos existentes e
442 uma resposta às necessidades actuais. -----

443 -----O senhor José Pires questionou qual é o plano estratégico e que falou o
444 senhor Presidente da Câmara. -----

445 -----O senhor Luis Campos (PSD) lembrou que o que se está a discutir é a
446 alteração ao mapa de pessoal e não a estrutura orgânica que foi discutida na
447 Câmara Municipal. Na Assembleia Municipal discutimos a estrutura orgânica a
448 14.12.2012. -----

449 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o nosso planeamento
450 estratégico está em curso e os quadros técnicos que dele fazem parte precisam de
451 ser reforçados. É o que estamos a fazer com esta alteração também ela estratégica.
452 Pretendemos cumprir o programa que apresentámos em acto eleitoral e vamos
453 fazê-lo, por respeito à população. -----

454 -----Foi deliberado por maioria 14 votos a favor (12 do PSD e 2 do CDS) e 11
455 votos contra (7 do PS, 3 da CDU e 1 do eleito independente) aprovar a alteração do
456 Mapa de Pessoal dos serviços municipais. -----

457 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
458 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor José Henrique Silva (CDU) declarou
459 o seguinte: “o grupo parlamentar da CDU vota contra a proposta de alteração ao
460 mapa de pessoal dos serviços municipais por não ter sido explicado porque razão o
461 modelo estrutural se tornou desadequado em dois meses sem que esse modelo
462 tenha sido avaliado. Por outro lado, não existe avaliação de fundos disponíveis,
463 tendo em conta que a alteração não está prevista no orçamento. -----

464 -----**APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE DEFINIÇÃO**
465 **DOS REQUISITOS PARA O PROVIMENTO DE CARGO DE DIRECÇÃO**
466 **INTERMÉDIA DE 3.º GRAU PARA EXERCER FUNÇÕES COMO DIRIGENTE DA**
467 **UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA:** Foi presente a seguinte
468 proposta da Câmara Municipal: “Considerando que: -----

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

- 469 • A Lei n.º 49/20012, de 29 de agosto que procedeu à adaptação à
470 Administração Local da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro na atual redação, que aprova
471 o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração
472 Regional e Local do Estado refere no seu artigo 4.º, que a estrutura orgânica pode
473 prever a existência de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior. -----
474 • Relativamente ao provimentos daqueles cargos dirigentes, compete à
475 Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a definição das
476 competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência
477 de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da
478 respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e a 6.ª posições
479 remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior;-----
480 • A proposta de alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais e
481 respetivo regulamento e organograma, que apresentei para deliberação do
482 Executivo Municipal, contempla a existência de um cargo de direção intermédia de
483 3.º grau para a unidade orgânica de gestão financeira; -----
484 -----Assim, tendo a Câmara Municipal da presente aprovado em sua reunião de
485 31.03.2014, a estrutura orgânica dos serviços municipais e respetivo regulamento e
486 organograma que lhe está subjacente, para os efeitos previstos no citado n.º 3 do
487 artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, propõe-se que a Assembleia Municipal aprove a
488 definição dos seguintes requisitos para o provimento do referido cargo de direção
489 intermédia de 3.º grau para exercer funções como dirigente da Unidade Orgânica de
490 Gestão Financeira: -----
491 -----Área de atuação: Exercício de competências no âmbito da unidade orgânica
492 de gestão financeira, relativas à coordenação e direção das áreas da contabilidade,
493 património, contratação pública e tesouraria, sem prejuízo de outras competências
494 que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços
495 ou eventualmente delegadas nos termos da lei, e designadamente: assegurar a
496 elaboração dos projetos do Orçamento e das Grandes Opções do Plano do
497 Município; acompanhar a execução financeiras dos documentos previsionais;
498 organizar a conta de gerência e os outros documentos de prestação de contas;
499 cumprir e assegurar o cumprimento da lei dos compromissos e pagamentos em
500 atraso; desenvolver as ações necessárias ao apuramento mensal dos fundos
501 disponíveis; assegurar as ações necessárias ao registo contabilístico das operações
502 orçamentais e patrimoniais decorrentes da atividade desenvolvida pelo município;
503 desenvolver as tarefas necessárias ao cumprimento das obrigações de natureza
504 contributiva e fiscal da responsabilidade do Município; assegurar a gestão do
505 relacionamento financeiro do Município com as entidades externas, através da
506 análise sistemática das respetivas contas correntes e desenvolver as ações
507 necessárias à liquidação dos respetivos saldos; efetuar o recebimento das
508 diferentes receitas municipais e a conferência dos correspondentes documentos de
509 quitação; efetuar o pagamento de despesas municipais e à conferência dos
510 correspondentes documentos comprovativos; realizar depósitos, transferências e
511 levantamentos, segundo princípios de segurança e critérios de rentabilização dos

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

512 valores movimentados; assegurar a verificação dos fundos, montantes, documentos,
513 em qualquer momento à sua guarda, pelos responsáveis designados para o efeito;
514 proceder ao registo dos movimentos inerentes aos pagamentos e recebimentos
515 efetuados; coordenar a liquidação e cobrança das licenças, taxas, tarifas e outras
516 receitas municipais, preparar as informações técnicas necessárias para a fixação da
517 taxa de incidência do Imposto Municipal sobre Imóveis, da participação do município
518 no IRS e da derrama do IRC; assegurar a articulação com as estruturas da
519 Administração central do estado no lançamento, liquidação e cobrança dos impostos
520 cuja receita esteja por lei confiada ao Município; organizar os procedimentos
521 respeitantes às aquisições de bens e serviços do Município; gerir o sistema
522 centralizado de compras, tendo em vista o abastecimento de bens e serviços
523 comuns à generalidade dos serviços municipais; organizar e manter atualizado um
524 ficheiro de base de dados de fornecedores de bens e serviços com interesse para o
525 Município; organizar e acompanhar os serviços desenvolvidos pelo armazém;
526 organizar e acompanhar os serviços desenvolvidos pelo armazém; organizar e
527 acompanhar os serviços desenvolvidos pela tesouraria.-----

528 -----Requisitos do Recrutamento: Licenciatura em Contabilidade e Auditoria ou
529 Gestão; Possuir no mínimo, três anos de experiência profissional em funções,
530 cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma
531 licenciatura; Capacidade de gestão e motivação de equipas de forma a garantir a
532 prossecução das atribuições cometidas ao respetivo serviço; Autoconfiança, boa
533 capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal; Capacidade de
534 decisão, de sentido crítico, de análise e de resolução de problemas. -----

535 -----Remuneração:-----
536 A remuneração base do titular de direção intermédia de 3.º grau será de 1613,42€,
537 que corresponde à 4.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior e
538 ao nível 23 da respetiva tabela remuneratória única. Sobre a referida remuneração
539 incidem as reduções legalmente previstas, designadamente, as consagradas na Lei
540 n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2014,
541 o que determina para o corrente ano uma remuneração ilíquida de 1 464,50€.” -----

542 -----O senhor José Henrique Silva (CDU) perguntou porque motivo não se
543 prevê a licenciatura em economia. Dá ideia que já há alguém alinhavado para este
544 lugar. -----

545 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que isto deve ser *sui generis* uma
546 pessoa licenciada em economia não poder concorrer. Falta informação da divisão
547 financeira sobre os fundos disponíveis e a verba em orçamento. -----

548 -----O senhor Presidente da Câmara disse que não há concursos alinhavados.
549 Como disse no ponto anterior a propósito dos vários vetores subjacentes à
550 reestruturação orgânica entendemos que as matérias e áreas de intervenção ou
551 competências desta unidade orgânica justificam a opção pelas áreas de licenciatura
552 propostas. Pretende-se passar a ter uma unidade orgânica mais relacionada com a
553 gestão corrente contabilístico financeira municipal. Entendemos que a área de

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

554 economia deverá ser privilegiada num gabinete que foi criado com outra nobre
555 missão que é a do planeamento estratégico municipal. -----
556 -----Foi deliberado por maioria 14 votos a favor (12 do PSD e 2 do CDS) e 11
557 votos contra (7 do PS, 3 da CDU e 1 do eleito independente) aprovar a proposta
558 supra transcrita.-----
559 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
560 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE**
561 **DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA RECRUTAMENTO DOS CARGOS DIRIGENTES**
562 **DA CÂMARA MUNICIPAL DO BOMBARRAL:** Foi presente a seguinte proposta da
563 Câmara Municipal: “Considerando a aprovação em reunião de Câmara de
564 31.03.2014 da proposta de alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais
565 e respetivo regulamento e organograma, que apresentei para deliberação do
566 Executivo Municipal. Considerando que importa iniciar os procedimentos concursais
567 que permitam o provimento dos cargos dirigentes ali previstos. Considerando que,
568 de acordo com o preceituado no nº1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de
569 agosto, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal,
570 designar o júri do recrutamento dos cargos dirigentes para os serviços do Município.
571 Nos termos e para os efeitos do regime consagrado no citado artigo 13º da Lei nº
572 49/2012, o Executivo Camarário deliberou em sua reunião de 31.03.2014 submeter
573 à aprovação da Assembleia Municipal a composição dos júris para recrutamento dos
574 cargos dirigentes da Câmara Municipal do Bombarral, nos termos seguintes: -----
575 **CHEFE DA DIVISÃO DE POTENCIAL HUMANO E ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----
576 - **PRESIDENTE: ANDRÉ LUÍS VALADÃO COELHO ROCHA DE MACEDO** -----
577 - **Primeiro-Secretário Executivo – OESTECIM** -----
578 - **VOGAIS:** -----
579 - **MARINA DE MELO MARQUES LEMOS** -----
580 - **Secretária – ESCOLA SUPERIOR DE DESPORTO –IP SANTARÉM** -----
581 - **JOANA CECÍLIO BARRADAS** -----
582 - **Chefe de Divisão – CM TORRES VEDRAS**-----
583 **CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS, PLANEAMENTO, AMBIENTE E ÁGUAS**-----
584 - **PRESIDENTE: ANDRÉ LUÍS VALADÃO COELHO ROCHA DE MACEDO** -----
585 - **Primeiro-Secretário Executivo – OESTECIM** -----
586 - **VOGAIS:** -----
587 - **JOÃO FRANCISCO LOPES DA SILVA TEIXEIRA ALVES** -----
588 - **Chefe de Divisão – CM CADAVAL** -----
589 - **MARIA DE LURDES MARTINS VIOLANTE** -----
590 - **Chefe de Divisão – CM RIO MAIOR** -----
591 **CHEFE DA UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA – 3º GRAU** -----
592 - **PRESIDENTE: JOSSELÉNE CRISTINA OLIVEIRA NUNES TEODORO** -----
593 - **Diretora de Departamento – CM PENICHE** -----
594 - **VOGAIS:** -----
595 - **MARINA DE MELO MARQUES LEMOS** -----
596 - **Secretária – Escola Superior De Desporto – Ip Santarém** -----

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

597 - LUÍS ALBERTO ROCHA BARBOSA VICENTE -----
598 – Dirigente Intermédio 3º Grau – CM RIO MAIOR.” -----
599 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) considerou este ponto caricato porque
600 muitas vezes estas coisas tratam da vida das pessoas. O que nota é que para os
601 vários concursos de chefes de divisão praticamente todas as pessoas faziam parte
602 da lista do Dr. Paulo Dias Jorge para a ATAM. Em concursos desta natureza há
603 mulher de César não basta ser séria, também tem de parecer. Pode haver aqui
604 algum alinhavo. -----
605 -----O senhor Presidente da Câmara disse que facilmente se consegue fazer
606 cair por terra a tese do senhor Ricardo Fernandes. Perguntou se está na lista aquele
607 que escolhemos para presidente da maioria dos procedimentos, o Dr. André
608 Macedo? Ou até mesmo a Dra. Marina Lemos? Parece-me que por aí não se
609 consegue denegrir a imagem que queremos dar a um concurso sério. O que se
610 procurou foi aquilo que está de acordo com a lei: uma lista de pessoas competentes
611 e com o perfil adequado para este procedimento. -----
612 -----Foi deliberado por maioria com 14 votos a favor (12 do PSD e 2 do CDS),
613 4 abstenções (3 da CDU e 1 do eleito independente) e 7 votos contra (7 do PS)
614 aprovar a proposta supra transcrita. -----
615 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
616 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE**
617 **ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO PESSOAL DIRIGENTE**
618 **DE NÍVEL INTERMÉDIO DE 2.º GRAU:** Foi presente o seguinte despacho do
619 senhor Presidente da Câmara: “Considerando que a próxima sessão ordinária da
620 Assembleia Municipal deverá ocorrer na primeira quinzena do mês de abril de 2014.
621 Considerando que existem processos em curso, cuja decisão final depende de
622 deliberação daquele órgão municipal. Considerando que entre esses se encontra o
623 processo relativo à proposta de atribuição de despesas de representação ao
624 pessoal dirigente de nível intermédio de 2º grau da Câmara Municipal de Bombarral.
625 Considerando que o assunto foi oportunamente agendado para a reunião do
626 Executivo Municipal, que teve lugar no dia de hoje, mas não chegou a ser analisado
627 e discutido, atendendo a que a respetiva ordem do dia, porque muito extensa, não
628 pôde ser concluída. Considerando que, para garantir o cumprimento dos prazos
629 legais e regimentares, a não aprovação pela Câmara Municipal da correspondente
630 proposta na presente data, inviabilizará a sua sujeição a apreciação e deliberação
631 do órgão deliberativo, na correspondente sessão de abril próximo, com o inerente
632 adiamento para junho posterior. Considerando justificada a urgência da decisão
633 pelos considerandos acima explanados e a impossibilidade de reunir
634 extraordinariamente a Câmara Municipal, em tempo oportuno. Determino, ao abrigo
635 do n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, remeter à consideração
636 da Assembleia Municipal a atribuição de despesas de representação ao pessoal
637 dirigente de nível intermédio, 2º grau, da Câmara Municipal do Bombarral, no
638 montante fixado para o pessoal dirigente da Administração Central. O presente
639 despacho será remetido à próxima reunião de Câmara, para ratificação.” -----

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

640 -----O senhor Fernando Lopes (PS) requereu a retirada deste ponto da ordem
641 do dia uma vez que não tem proposta mas sim um despacho. Para votarem teria
642 que haver uma proposta. O despacho também está ferido de anulabilidade porque
643 não está fundamentado. Se não for votado hoje não há prejuízo nem para a Câmara
644 nem para os funcionários que continuam a receber o ordenado e as ajudas de custo.
645 Só não recebem despesas de representação para irem tomar café com alguém que
646 venha à Câmara Municipal.-----

647 -----Foi deliberado por maioria 14 votos a favor (12 do PSD e 2 do CDS) e 11
648 votos contra (7 do PS, 3 da CDU e 1 do eleito independente) rejeitar o requerimento
649 apresentado.-----

650 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que atendendo à ilegalidade que se
651 está a verificar o PS vai-se retirar da sala.-----

652 -----Pelas 23:15 horas ausentaram-se da sessão os senhores José Victor
653 Silva, Ricardo Fernandes, Fernando Lopes, Fátima Viola, Helena Santos, Graça
654 Rua e Bruno Correia.-----

655 -----O senhor Presidente da Câmara disse que mantendo a vontade de repor
656 um instrumento legal que é a atribuição das despesas de representação aos
657 dirigentes intermédios de 2º grau e estando esta matéria já prevista em orçamento
658 aprovado por esta Assembleia Municipal, reiteramos este pedido cuja aprovação
659 permitirá uma maior equidade entre os dirigentes ao serviço da Câmara Municipal
660 do Bombarral aos das demais câmaras do país e de toda a administração pública
661 nacional e regional. Informou que este despacho foi ratificado em reunião de
662 Câmara de 09 de Abril de 2014.-----

663 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) perguntou o porquê de ser um
664 despacho e não uma tomada de posição da Câmara Municipal. Perguntou se
665 tecnicamente é ou não legal este despacho. Ainda existem pessoas a levar cortes
666 nos ordenados, há funcionários sem condições para trabalhar e vai-se dar despesas
667 de representação a cargos específicos, perguntando se é a algum iluminado. Isto é
668 uma questão puramente política.-----

669 -----O senhor José Pires considerou que isto está cada vez mais giro. Quando
670 ouve a palavra despacho lembra-se de alguém que dirigia o país por despacho.
671 Viveu em muitos países que não tinham nada de democracia e os dirigentes
672 governavam por despacho. Há coisas que o surpreendem. O Bombarral está morto
673 e quase enterrado. No Bombarral não há dinheiro para limpar contentores de lixo e
674 na Assembleia Municipal discute-se o pagamento de despesas de representação, o
675 que nem na ONU se passa.-----

676 -----O senhor Presidente da Câmara disse não ser verdade que a Câmara
677 privilegie alguns em detrimento de outros como dizem. Referiu que ainda há pouco
678 foi decidido promover dois assistentes operacionais a encarregados com o
679 conseqüente aumento de vencimento. Isto são ajustes não são privilégios. Ou será
680 que os técnicos da câmara do Bombarral terão de ter tratamento diferenciado das
681 Câmaras de Loures, Peniche ou Sobral, entre outras?-----

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

682 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse não ser munícipe de Loures,
683 Peniche ou Sobral mas sim do Bombarral. Não devem dar esses exemplos que com
684 ele não pegam. Quanto à questão política que aqui os trás disse serem mais € 1.530
685 / ano para um cargo técnico específico. O senhor Presidente da Câmara tem € 5.000
686 para as comemorações do centenário, chora-se que não tem dinheiro e depois paga
687 mais € 1.500 a um técnico. -----

688 -----O senhor chefe da divisão do potencial humano e assuntos jurídicos disse
689 que a lei 49/2012 prevê que nas autarquias locais a atribuição de despesas de
690 representação aos dirigentes é da competência da Assembleia Municipal sob
691 proposta da Câmara Municipal. Para que haja uma proposta da Câmara Municipal,
692 refere o artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) que compete à Câmara Municipal apresentar
693 uma proposta à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta. No
694 artigo 35.º n.º 3 diz que em circunstâncias excepcionais o senhor Presidente da
695 Câmara pode praticar quaisquer actos da competência da Câmara Municipal ficando
696 os mesmos actos sujeitos a ratificação na primeira reunião do órgão após o acto. O
697 seu parecer técnico é que não havendo distinção de matérias, o senhor Presidente
698 da Câmara fez o despacho, submeteu-o a ratificação em reunião de Câmara e
699 agora a Assembleia Municipal delibera. -----

700 -----O senhor Luis Campos (PSD) lembrou que a 03.12.2012 na Câmara
701 Municipal as despesas de representação foram aprovadas por unanimidade e sem
702 discussão, tendo sido reconhecida a urgência de deliberação imediata. Se calhar o
703 que está em causa é não serem os mesmos a receber. Estamos aqui a defender
704 pessoas e não lugares. Se calhar é mais tentáculo que vai ser cortado, levando a
705 que cheguem menos informações. -----

706 -----A senhora D. Rute Correia (CDU) disse ter percebido o parecer técnico,
707 ainda que seja questionável a urgência destas questões. O senhor Presidente da
708 Câmara está aqui para responder sobre os actos praticados e não deve levar a mal
709 as questões. Hoje tem-se assistido a coisas em que parece que as pessoas estão
710 aqui só para votar, mas é para discutir as coisas que foram eleitos.-----

711 -----Foi deliberado por maioria com 14 votos a favor (12 do PSD e 2 do CDS)
712 e 4 votos contra (3 da CDU e 1 do eleito independente) ratificar o despacho supra
713 transcrito. -----

714 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

715 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor Samuel Carvalho (CDU) declarou o
716 seguinte. “o grupo parlamentar da CDU votou contra esta proposta pelo seguinte:
717 não entende a urgência deste assunto para ter sido efectuado um despacho; a
718 desonestidade intelectual e política do executivo cortando aos que menos têm e
719 beneficiando alguns.”-----

720 -----Pelas 23:40 horas regressaram à sessão os senhores José Victor Silva,
721 Ricardo Fernandes, Fernando Lopes, Fátima Viola, Helena Santos, Graça Rua e
722 Bruno Correia.-----

723 -----**APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE OS DOCUMENTOS DE**
724 **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICIPIO DE BOMBARRAL RELATIVOS AO**

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

725 **ANO DE 2013:** O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação dos
726 documentos de prestação de contas do Município do Bombarral relativos ao ano de
727 2013, lendo excertos do respectivo relatório de actividades.-----
728 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) deu os parabéns pelo relatório. É a
729 primeira vez que analisa um documento destes e a nível técnico está muito bem
730 elaborado, dando os parabéns a quem os elaborou, apesar da Câmara Municipal ir
731 colocar essa pessoa um pouco à parte. Este relatório parece a fábula do Robin dos
732 Bosques em que o executivo é o xerife de Nottingham. As principais medidas são os
733 encargos políticos e as despesas de representação que é onde se gasta mais o
734 dinheiro que se tira aos munícipes. Houve um aumento de € 515.000 de receita de
735 impostos e na página 20 do relatório faz-se uma comparação simples com 2009,
736 2010, 2011, 2012 e 2013, verificando-se um aumento de 50% no valor dos impostos
737 cobrados. Deu os parabéns ao senhor presidente da Câmara que foi um bom aluno
738 do Dr. Passos Coelho e do Dr. Paulo Portas, continuando a tirar a quem menos
739 pode. Há um decréscimo de 31% nas taxas que o Município recebeu e isso é o
740 Bombarral a morrer. Não tem nada contra o senhor José Manuel Vieira mas sim
741 contra o executivo que o senhor José Manuel Vieira lidera e como político o senhor
742 José Manuel Vieira faz um mau trabalho. Também temos fundos disponíveis
743 negativos. Leu um excerto da folha 22 do relatório dizendo ficar claro onde foram
744 buscar o dinheiro, tirando a quem menos pode para dar a quem amais pode. Leu
745 igualmente um excerto da página 26 do relatório dizendo ser claro que o senhor
746 Presidente da Câmara anda a gastar demais e depois fica sem dinheiro para investir
747 na educação, acção social, desporto e transportes. Considerou que devem gastar
748 onde é preciso investindo no Bombarral e não tirando a quem menos pode. -----
749 -----O senhor José Victor Silva (PS) declarou o seguinte: “Em primeiro
750 lamentar que a mesa tenha deliberado atribuir a grelha B ao documento mais
751 importante da autarquia, mas compreendemos que dada a exiguidade do trabalho
752 realizado pela autarquia em 2013 a atribuição da grelha esteja correcta. Não tendo
753 obra a apresentar o sr.presidente deliciou nos com números de execução
754 orçamental, como estes influenciassem a vida das famílias BOMBARRALENSES .
755 Falou de resultados e de números, mas esqueceu se de nada ter feito na acção
756 social, na dinamização empresarial, no investimento no turismo, na rede viária, na
757 qualidade de vida dos BOMBARRALENSES. O ano de 2013 foi um ano de sacrifício
758 para os portugueses, resultado de uma austeridade imposta pelo governo que
759 arrastou centenas de milhares de portugueses para a pobreza. As autarquias, pela
760 sua proximidade aos cidadãos, foram, juntamente com as IPSS, as defensoras dos
761 mais necessitados, ora lançando programas de emergência social, ora não
762 sacrificando os munícipes em termos fiscais. Infelizmente, a Câmara Municipal do
763 Bombarral alheia a todos estes problemas sociais, agravado pela situação de
764 empobrecimento crónico deste concelho, agravou a colecta fiscal, obrigando os
765 munícipes bombarralenses a desembolsarem mais de trezentos mil euros de
766 impostos em 2013. Pasmese, que sendo um ano em que os rendimentos
767 disponíveis das famílias mais desceram na história da democracia portuguesa,foi no

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

768 entanto e estranhamente o melhor de todos os tempos em receita fiscal da história
769 autárquica bombarralense. Não por aumento de rendimento das famílias, mas por
770 tributação de património já existente à época da crise. Só nos últimos quatro anos,
771 os contribuintes bombarralenses tiveram um acréscimo fiscal nos últimos quatro
772 anos de cerca de dois milhões de euros. Esta evolução do valor crescente de
773 impostos até seria positivo, se tal resultasse da tributação de IRC nas empresas, o
774 que seria um sinal de um desenvolvimento económico do concelho. Mas o
775 acréscimo fiscal resulta de um assalto em sede de IMI e taxas fiscais, além do
776 agravamento do preço da água e do saneamento. E convém lembrar que este
777 executivo ainda tem a opção de privatização da distribuição da água, o que irá
778 onerar mais as famílias bombarralenses e, mais grave, não permitir tarifas sociais
779 aos mais necessitados. Ao longo destes três anos, este executivo obteve um
780 excedente corrente de 2,3 milhões de euros e no ano de 2013 quase um milhão,
781 sem que a despesa básica da autarquia tenha decrescido e com o agravamento das
782 despesas de funcionamento de 6%. Isto numa autarquia que, por falta de meios, se
783 encontra quase paralisada. É verdade que o passivo autárquico tenha diminuído nos
784 últimos quatro anos em cerca de 1,3 milhões, mas não à custa de uma
785 reestruturação financeira, mas com o sacrifício dos BOMBARRALENSES, que
786 desembolsaram nos últimos anos cerca de 2 milhões de euros a mais. Acresce que
787 ao longo destes anos o apoio social e associativo foi nulo, o investimento quedou-
788 se, retirando os projectos já inscritos em PPI, por valores completamente ridículos.
789 O esforço dos bombarralenses foi desbaratado por este executivo. A autarquia
790 bombarralense é um caso de ilegalidade diária, com uma total irresponsabilidade
791 dos seus líderes políticos a violarem constantemente a lei dos compromissos. Neste
792 momento, se não fosse o sacrifício dos BOMBARRALENSES e o atropelo das leis
793 da República, a autarquia bombarralense estaria encerrada. A democracia é
794 violentada quando os responsáveis políticos desrespeitem um estado de direito em
795 função dos seus interesses políticos. Neste momento e apesar da propaganda
796 presidencial, esta autarquia está em perigo de inoperacionalidade total, não tendo
797 capacidade de assegurar os encargos assumidos e a dívida transitada em 3,3
798 milhões de euros e havendo um deficit mensal de 235 mil euros para o
799 funcionamento normal da autarquia. Sr Presidente, estes são os factos que
800 comprovam a sua incompetência e do seu executivo em gerir esta câmara e que o
801 próprio senhor presidente não desmente, colocando a sua chancela. Pergunto sr.
802 Presidente, vai Continuar a sacrificar os contribuintes deste concelho, pedindo-lhe
803 mais impostos, taxas e tarifas? E, o que nos surpreende, sr. Presidente é que,
804 sabendo desta debilidade financeira da autarquia continua a optar por situações de
805 agravamento de despesa, como foram os vereadores em regime de permanência e
806 a reestruturação da orgânica da autarquia. Ao nível do investimento, só 47% do
807 previsto foi realizado, com um deficit de recebimento de fundos comunitários de um
808 milhão de euros. Além de ter desperdiçado, no início do seu primeiro mandato,
809 fundos disponíveis na OesteCim de cerca de 3 milhões de euros, continua a não
810 apresentar novos investimentos, completando somente aqueles que o seu

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

811 antecessor deixou. Também ao nível do investimento, apesar do saldo positivo no
812 balanço corrente, a capacidade da autarquia de financiar os projectos baixou 227 mil
813 euros. Sr. Presidente, este orçamento continua a evidenciar a sua incapacidade de
814 inovação e sentido estratégico. Neste momento, apesar de ter baixado a dívida em
815 1,3 milhões em quatro anos, tem um concelho mais pobre, mais idoso e menos
816 esperançoso. Claro que no seu discurso, atira sempre para o futuro o sucesso e o
817 crescimento deste concelho. Façamos votos para que sim, mas isto faz-nos lembrar
818 a história do sujeito, preso pelo rei e condenado a severa pena, que pediu ao
819 monarca que o perdoasse, prometendo em troca ensinar um burro a falar. O rei
820 acedeu, acordando-se um prazo de dez anos para que o animal fosse capaz de
821 substituir o zurrar habitual pela fala humana. Saiu o homem do cativeiro, todo
822 contente e quando um amigo lhe fez ver que a promessa feita não poderia ser
823 cumprida, o que o faria regressar inexoravelmente à prisão, respondeu: “Ora! Daqui
824 até lá... ou morre o rei, ou morre o burro, ou morro eu!” -----
825 -----PROLONGAMENTO DA REUNIÃO: Pelas 00:00 horas foi deliberado por
826 unanimidade prolongar a reunião por mais uma hora. -----
827 -----O senhor José Pires disse ter de agradecer a análise da CDU que com
828 dialéctica precisa sabe sempre pôr os pontos nos is. Deu os parabéns a quem fez o
829 relatório, que considera ser um relatório feito por profissionais. A Câmara Municipal
830 está em crise que nada tem a ver com o anterior Presidente da Câmara porque a
831 realidade demonstra que só há um partido que há 20 anos tem o controlo desta
832 Câmara Municipal. O que lhe parece mais grave é que ao custo de uma aliança
833 política há gastos que a Câmara Municipal não pode suportar. É triste ver os dois
834 maiores partidos sem conseguirem dialogar. A proposta do PS de alteração da
835 ordem do dia era importante porque devíamos estar a discutir uma estratégia de
836 desenvolvimento do Bombarral. Uma alteração estratégica tem de ser discutida
837 sempre e continuamos a discutir tudo menos onde o Bombarral vai crescer. Criou-se
838 um executivo que é um absurdo. A Câmara Municipal do Bombarral não tem
839 actividade para justificar tantos vereadores e esse é um erro que um dia o senhor
840 Presidente da Câmara vai ter de resolver porque os bombarralenses perderam a
841 confiança na capacidade de gestão desta Câmara Municipal. -----
842 -----AUSÊNCIAS: Pelas 00:10 horas ausentou-se da sessão a senhora D.
843 Fernanda Quadros. -----
844 -----O senhor Presidente da Câmara partilhou a parabenização aqui proferida
845 sobre a qualidade do relatório e tenho o prazer de poder dizer que o mesmo foi
846 dirigido por uma pessoa com a qual vou continuar a contar em matérias, de
847 interesse superior, as quais trabalharemos juntos em prol do desenvolvimento do
848 concelho do Bombarral. A componente de impostos aumentou ao nível do governo
849 central e não da Câmara Municipal do Bombarral. Nós tentamos equilibrar a vida
850 dos bombarralenses implementando baixas de impostos. Estamos a fazer uma
851 adequação dos impostos de forma gradual tentando manter o equilíbrio das finanças
852 municipais. Avançámos com baixa dos impostos na componente municipal, no ano
853 passado e alguns senhores da oposição até votaram contra, num gesto de política

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

854 pura e dura. Vamos continuar a exercer o equilíbrio que se pretende nos
855 orçamentos das famílias bombarralenses diminuindo as componentes municipais, já
856 que as supra municipais estão acima da nossa competência direta. O senhor
857 deputado Samuel referiu apenas os sinais negativos que encontrou no relatório, mas
858 eu insisto nos sinais positivos que felizmente são muitos. A dívida diminuiu mais de
859 meio milhão de euros e quando chegarmos ao ponto da situação financeira actual,
860 terei o prazer de informar que graças a uma vasta equipa de trabalho que compõe
861 este município, verificou-se uma diminuição da dívida já neste ano de 2014, no
862 montante de mais de 400.000 euros, sendo este o valor já abatido à dívida, neste
863 ano em que apenas vamos no quarto mês. Mas nem tudo são rosas e a nossa
864 capacidade de intervenção social está obviamente afetada, com toda a sobrecarga
865 que o município criou ao longo dos tempos, conduzindo-nos a uma posição
866 financeira extremamente difícil, mas que estamos centrados em resolver, dando
867 provas dessa vontade, com os resultados aqui apresentados. Nestas e noutras
868 áreas e respondendo as afirmações do senhor deputado José Vítor houve os
869 necessários constrangimentos inerentes à situação que o país e necessariamente o
870 concelho estão a atravessar. Anda assim e pese embora todas as dificuldades
871 sofridas concluímos o maior conjunto de investimentos jamais feito no município,
872 com a conclusão da obra da entrada sul e do centro escolar. Não houve por isso,
873 decréscimo no investimento, houve antes uma reformulação da candidatura do
874 Centro Escolar que desde meados do ano até ao seu final não permitiu pagamentos
875 referentes ao QREN e influenciou os resultados que só vão ser afetados
876 positivamente no exercício deste ano. Ao senhor José Vítor Silva, não restou outra
877 solução perante a qualidade do relatório mas também dos números nele
878 espelhados, do que nos acusar diretamente de aumentos exigidos aos cidadãos,
879 não por nós mas pelo governo. Penso que a incompetência de que me acusa o
880 senhor José Vítor Silva não será mais do que ver-se ao espelho, como provam os
881 insignificantes contributos que os senhores dão para desenvolvimento do concelho.
882 Ao senhor José Pires, dizer que o preço político que a câmara pagará no futuro,
883 nunca será um custo mas um benefício dados os resultados em termos de
884 recuperação financeira que hoje muito importa dar continuidade para atingirmos a
885 estabilização do município e do concelho a par do enriquecimento dos planos para o
886 futuro do Bombarral. Já diz o ditado que sem ovos não se fazem omeletas. -----
887 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que em relação à baixa de
888 impostos a CDU votou contra porque a proposta de baixar o IRS era para ajudar
889 quem mais precisa, mas os desempregados e os pobres não pagam IRS. A CDU
890 votou contra porque era demagogia política. Em relação à diminuição da dívida ela
891 tem sucedido mas preferiu colocar a questão de à custa de quem é que diminuiu a
892 dívida. Concorde que não se fazem omeletas sem ovos mas como o executivo acha
893 ovos onde não há, achou ovos de codorniz para pagar despesas de representação a
894 uma pessoa e ovos de avestruz para pagar cargos políticos. -----
895 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) disse haver coisas nesta
896 casa que não o deviam surpreender mas ainda consegue ser surpreendido,

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

897 nomeadamente pela bancada do PS. Considerou que o senhor José Victor Silva é
898 inteligente mas muitas vezes tem pouca memória. Lamentou a demagogia política
899 do PS. Disse que o aumento do IMI a pagar pelos bombarralenses só tem um
900 culpado que é o PS. Quem criou o zonamento no país e no Bombarral foi o PS.
901 Quem criou os critérios de avaliação dos prédios foi o PS. Quem criou a cláusula de
902 salvaguarda para minimizar os custos destas medidas foi o PS, através do ministro
903 Teixeira dos Santos que foi considerado em Novembro de 2008 o pior Ministro das
904 Finanças da zona euro. Foi a Câmara Municipal do PSD que ofício em novembro de
905 2006 a informar que a proposta elaborada não tinha sido atendida pela Direcção
906 Geral de Impostos. Em Março de 2008, porque o processo já se arrastava há mais
907 de dois anos, a Câmara Municipal questionou de novo a Direcção Geral de Impostos
908 solicitando informação sobre a provável data de implementação. Lembrou que a
909 taxa de IMI é sobre o coeficiente definido pelo governo PS. O então presidente da
910 Câmara, e agora vereador do PS, dizia que o zonamento é a forma mais justa na
911 avaliação dos imóveis, mas lamentavelmente isso não se verificou no Bombarral,
912 estando desfasado da realidade em 30% o que se traduz em graves injustiças
913 fiscais. Fica provado mais uma vez que o grande culpado da sobrecarga do IMI é o
914 PS. Mesmo sabendo que iria perder receita o PSD propôs a diminuição do IMI para
915 2014 e o PS votou contra essa proposta. Considerou que a bancada do PS tem de
916 se deixar destas coisas. Em 2008 a taxa a aplicar pela Câmara Municipal era 0,350
917 e agora é 0.375. -----

918 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse ficar surpreendido com algumas
919 declarações. Relativamente ao que foi dito pelo senhor Joaquim Marcos Henriques
920 além de serem um conjunto de inverdades contextuais quer dizer que cabe à
921 Assembleia Municipal e à Câmara Municipal a decisão das taxas a aplicar em
922 termos do CIMI. Relativamente ao aumento do IMI que o Bombarral teve nos últimos
923 anos não foi no tempo dos governos PS. Cabe ao senhor Presidente da Câmara
924 velar pelos seus munícipes qualquer que seja o governo que esteja em Lisboa. Este
925 aumento deve-se unicamente à reavaliação das casas obrigatoriamente feita até
926 2013 e aí é que este governo colocou a cláusula de salvaguarda. Sabendo que essa
927 colecta iria aumentar por imposição da Troika, a Câmara Municipal não teve
928 qualquer problema em aumentar a taxa do IMI de 0,30 para 0,40%. Dizer que o
929 aumento da colecta se deve ao governo anterior é tapar o sol com a peneira.
930 Lembrou que o Município do Bombarral é pobre com um índice de qualidade de vida
931 abaixo da média nacional. Disse que o PS propôs a descida do IMI para 0,30 mas o
932 PSD aumentou para 0,40 e depois baixou só para 0,35 acusando o PS de ter votado
933 contra quando o fizeram porque tinham uma proposta de descida para 0,30.-----

934 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) considerou que foram ditas
935 algumas inverdades. Na Portaria 1022/2006 sobre os coeficientes de zonamento
936 onde incidem as percentagens prevê para o Bombarral entre 0,6 e 1,2 para
937 habitação, 0,5 a 1,6 para comércio, 0,6 a 1,0 para serviços e 0,5 a 0,6 para
938 indústria. Na altura, o então Presidente da Câmara e actual vereador do PS,
939 defendeu este abaixamento dos coeficientes mas nessa altura o Ministro das

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

940 Finanças impôs que não se baixasse mais. O assunto do IMI deve-se a uma tomada
941 de posição do governo PS e o memorando da Troika não foi do actual governo. -----
942 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que pelos vistos esta Câmara
943 Municipal tem mesmo executivo a mais, bastando os funcionários que são tão bons,
944 pelo que o senhor Presidente da câmara e os vereadores podem fazer as malas e ir
945 para casa. Lembrou que a 05.09.2013 foram propostas para aprovação a derrama,
946 IMI e o IRS com redução de taxas e a oposição votou contra porque alegava que
947 eram medidas eleitoralistas. Esta austeridade teve que ser feita para haver uma
948 rectificação ao rumo do país mas não se podem esquecer que o eng. Sócrates no
949 seu governo duplicou a dívida pública e foi ele quem assinou o memorando com a
950 Troika. O PSD limitou-se a gerir a situação. É um bocado céptico em relação aos
951 economistas que parecem ser de uma ciência oculta. A análise que é feita neste
952 relatório só se refere a 2013 quando se podia fazer comparações com outros anos.
953 Parece que o PS tem uma cassete gravada. Disse que irá mais vezes a reuniões de
954 Câmara. Lembrou que a 13.04.2009 o senhor vereador Gabriel Martins disse que “o
955 senhor Presidente da Câmara vai ficar para a história como o pior gestor autárquico
956 deste concelho e como o primeiro que chegou a este patamar, o que, face às
957 expectativas que criou, leva a que devesse ter alguma vergonha nalgumas atitudes
958 que toma e assumir que não foi capaz e não teve capacidade de gerir a autarquia e,
959 juntamente com o PSD, “arrumar as botas” e ir para casa”, “agravou o estado da
960 dívida em 172.000 contos e o pior disto tudo é que o investimento está parado, não
961 há candidaturas e não há receitas” e o então Presidente da Câmara disse que “que
962 a intensidade e a raiva nas palavras do senhor vereador Gabriel Martins
963 demonstram que ainda não ultrapassou o trauma que teve há três anos”. Ou seja, o
964 PS vai todos os anos dizendo a mesma coisa. -----
965 -----O senhor Presidente da Câmara Para terminar a defesa deste documento
966 essencial da vida municipal, pois tem poder informativo mas também didático,
967 permitindo-nos fazer no futuro as necessárias correcções ao exercício da nossa
968 actividade, tenho o maior gosto em dizer o seguinte: Mais uma vez obtivemos
969 resultados positivos, diria excelentes, relativamente ao esforço que todos, todos
970 penso eu, temos vindo a fazer para conseguir o equilíbrio financeiro da Câmara.
971 Para nós é importante a diminuição da dívida, situação que mais uma vez se
972 observa e mais importante até que diminuir a dívida é sabermos que continuamos a
973 controlá-la, bem como as contas que vos apresentamos. De facto, embora o
974 Município ainda possua dívida o importante é constatarmos que a mesma está
975 perfeitamente controlada e apresenta um valor muito mais reduzido. Este trabalho
976 que temos vindo a fazer permitir-nos-á recuperar e produzir melhor trabalho no
977 futuro. É justamente por isso que temos vindo a controlar e a reequilibrar as finanças
978 municipais, certo que o nosso trabalho, em termos de controle financeiro, culminará
979 com baixas de impostos aos nossos munícipes e a possibilidade de lhes poder dar
980 melhores condições de vida. Agradeço a todos os que contribuíram para estes
981 resultados que antes de nós tinham expressão bem mais insípida.-----

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

982 -----Foi deliberado por maioria com 13 votos a favor (12 do PSD e 1 do CDS),
983 1 abstenção (1 do eleito independente) e 10 votos contra (7 do PS e 3 da CDU)
984 apreciar favoravelmente as contas do Município do Bombarral respeitantes ao ano
985 de 2013. -----

986 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
987 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estando
988 ausente da sessão há mais de 30 minutos a senhora D. Fernanda Quadros, nos
989 termos do regimento a Mesa irá marcar-lhe falta.-----

990 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** A CDU efectuou a seguinte declaração: “o
991 grupo parlamentar da CDU vota contra pelos seguintes motivos: o aumento da
992 receita corresponde a um significativo aumento de impostos. Apesar do aumento da
993 receita houve um decréscimo do investimento municipal e no plano plurianual de
994 investimento. Concluindo, os números são mais importantes para este executivo ao
995 contrário dos bombarralenses, tendo havido um decréscimo de 30% do investimento
996 por habitante.”-----

997 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE APLICAÇÃO**
998 **DE RESULTADOS:** -----

999 -----O senhor José Victor Silva (PS) questionou porque motivo se continua a
1000 dever ao Centro Social Paroquial e à Associação Humanitária dos Bombeiros
1001 Voluntários quando temos um resultado positivo tão elevado. -----

1002 -----O senhor Presidente da Câmara disse que tal como foi referido pela
1003 responsável da área financeira na última reunião de câmara, neste caso o resultado
1004 não se traduz em aumento de disponibilidade de tesouraria. Temos proveitos mas
1005 isso não significa entrada de disponibilidades no cofre da tesouraria. É portanto
1006 descabida a sua intervenção. votámos na Câmara esta proposta em conformidade
1007 com a lei, vamos honrar os compromissos com as associações, mas só o podemos
1008 fazer com disponibilidades reais. Vamos concerteza priorizar os pagamentos em
1009 causa, aliás como temos vindo a fazer conforme o atesta um esforço de
1010 recuperação recente.-----

1011 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o resultado liquido
1012 apurado no exercício de 2013 no montante de € 892.337,16; que o mesmo seja
1013 transferido para a conta 59 – resultados transitados; que a conta 59 resultados
1014 transitados reforce as reservas legais no montante de € 44.616,86 (5% do resultado
1015 liquido); 4º) que o saldo da conta 51 – património, por ser superior ao limite imposto
1016 pelo POCAL (20% do activo liquido), não seja objecto de reforço dado que o inscrito
1017 no balanço já perfaz 50,66%. -----

1018 -----**APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE**
1019 **MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** -----

1020 -----A senhora Rute Correia (CDU) disse que existe uma diminuição da dívida
1021 à custa dos trabalhadores da Câmara Municipal e dos munícipes. Isto vem no
1022 desenvolvimento das políticas de austeridade que não conduzem ao
1023 desenvolvimento mas sim ao aprofundamento das problemáticas. É preciso

ATA N.º 03/2014 – Reunião de 10 de Abril de 2014

1024 repensar a questão da dívida. O orçamento é bastante realista com um grau de
1025 execução aceitável, mas há outras questões fundamentais.-----
1026 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse ter sabido que um dos candidatos
1027 a um dos procedimentos concursais teve acesso a outra candidatura. -----
1028 -----O senhor Presidente da Câmara disse não saber de nada. -----
1029 -----O senhor José Victor Silva (PS) considerou que a actividade da Câmara
1030 Municipal, pelo número de páginas da informação, não tem sido muito alta mas
1031 mesmo assim continua o PS à espera de algumas informações solicitadas à Mesa
1032 da Assembleia Municipal, nomeadamente o email do Dr. Nuno Pinto Faria sobre a
1033 abertura do concurso para jurista, dados sobre a piscina municipal e qual o valor das
1034 ajudas de custo suportadas no último ano. Solicitou ao senhor Presidente da
1035 Assembleia Municipal que faça cumprir o que está estabelecido. -----
1036 -----O senhor José Pires considerou que talvez seja este o método escolhido
1037 para fazer apresentar uma informação sobre a actividade municipal, mas é muito
1038 fraquinho. Não há nada de criativo ou que mencione planos para o futuro.-----
1039 -----O senhor Presidente da Câmara disse ter registado com muito agrado o
1040 convite feito pela senhora D. Rute Correia, mas muito do que há por fazer está ainda
1041 em parte refém da situação financeira, daí a sua importância, sem desvalorizar a
1042 sua proposta. -----
1043 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que tem insistido em
1044 relação às informações e hoje foram-lhe entregues duas informações e uma outra
1045 foi enviada por email mas hoje não teve acesso ao seu email.-----
1046 -----
1047 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 01:05 horas foi a sessão encerrada e
1048 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
1049 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----
1050
1051 O Presidente:
1052
1053 O 1.º Secretário:
1054
1055 O 2.º Secretário:
1056